

2. Fundamentos conceituais:

A seguir são explicitadas as linhas gerais de abordagens conceituais e temáticas teóricas que diretamente se relacionam, como um pano de fundo, às questões enunciadas:

2.1. Território e cultura

Para a compreensão dos processos que promovem a transformação da paisagem, a História Ambiental apoia-se em dois pilares constitutivos da paisagem: a cultura e o território. A primeira, neste contexto, diz respeito às formas de apreensão de recursos naturais por parte das sociedades ao longo do tempo e no presente contexto pode ser entendida como a transmissão da informação e do conhecimento em conjunção a padrões de relações materiais com o ambiente (Crumley, 1993 *apud* Oliveira, 2007). O território comporta múltiplas dimensões: simbólica, jurídica, territorial e se refere ao espaço geográfico sobre o qual um grupo encontra e estabelece suas condições de sobrevivência. Para TUAN (1983), o espaço configura-se como porções de ambientes terrestres passíveis de serem transformados em lugar mediante o trabalho do homem em relação ao uso, ocupação e significação social, isto é, os espaços que vão sendo ocupados por um grupo social são decodificados e recebem qualificadores e significados advindos de sua cultura. Assim, este território pode ser compreendido como o espaço concreto em si (com seus atributos naturais), que é apropriado (ou ocupado) por um grupo social, que por sua vez alicerça raízes e uma identidade com este espaço (Souza, 2003). Dentro do conceito de território há ainda a noção de paleoterritório, proposta por Oliveira (2007) e pertinente à compreensão da forma de uso do espaço pela comunidade local:

A reconstrução da história da atividade humana sobre os ecossistemas pode realizar-se sob diferentes enfoques e em diferentes escalas espaciais e temporais. No entanto, estes recortes devem levar em consideração o fato de que as florestas, aqui consideradas como parte do espaço geográfico, são percebidas como territórios, isto é, espaços vividos e apropriados pelas culturas que as utilizam ou as utilizaram em diferentes épocas. A busca pelas condições de existência constitui o motor da apropriação, identificação e transformação dos espaços florestados. Esta realidade

assim territorializada passa a ser, no dizer de HAESBERT (2002), a “riqueza dos pobres”, pela possibilidade de acesso destas populações ao espaço negado.

Ao longo do tempo a sucessão destes usos deixa marcas, se espacializa e se sobrepõe como um paleoterritório – aqui entendido como uma parte do processo sucessional – e que pode ser definido como a espacialização das resultantes ecológicas decorrentes do uso dos ecossistemas por populações passadas ou por uma atividade econômica. O paleoterritório constitui, portanto, a etapa antrópica dos processos bióticos e abióticos que condicionam o processo da regeneração das florestas, onde a cultura do grupo que a utilizou desempenha um papel determinante. Este legado da presença humana apresenta uma dimensão diacrônica e tem influência comparável ao último uso feito nos ecossistemas, que é geralmente mais considerado nos estudos de sucessão ecológica. (p.23)

A questão do território no estudo em tela emerge como uma questão de fundo, multifacetada e multissêmica, na medida em que a população estudada, há algum tempo, está lidando com uma ameaça de desterritorialização (*sensu* Haesbaert, 2004) em função do domínio do Parque Estadual da Pedra Branca sobre suas terras e, ao mesmo tempo, exercita a sua territorialidade, entre outros fatores, por meio de seu conhecimento acerca das plantas medicinais e agricultura. Por outro lado, este conhecimento é alicerçado no conhecimento estrutural do paleoterritório (isto é, o conhecimento, por parte das populações lá residentes, das alterações na estrutura da paisagem e particularmente da vegetação ao longo do tempo) implantado no local por ascendentes desta população.

2.2. Áreas protegidas e impactos sociais

Para entendermos as diversas relações que se estabelecem entre populações moradoras e o poder público quando da decretação de unidades de conservação, devemos analisar a construção da matriz discursiva conceitual que influencia e é refletida nos critérios adotados para o estabelecimento de políticas públicas. Em decorrência da influência que a matriz discursiva conceitual conservacionista exerce, temos o estabelecimento de áreas protegidas em países subdesenvolvidos, onde geralmente a observância dos estilos étnicos de uso da natureza é desconsiderada.

Desta forma partimos da idéia que em um primeiro momento, devemos levar em conta que modelos de desenvolvimento baseados em intensos processos

consumistas, representam uma ameaça aos recursos naturais. Quanto maior for o consumo, maior será a conseqüente destruição de seus recursos naturais. Será justamente essa sociedade que mais apreciará o mundo natural e será ela que divulgará a idéia das áreas protegidas da ação humana, constatada como necessária pelo seu próprio modelo de desenvolvimento, como sendo uma ação devastadora. Os resquícios de vegetação que restaram em seu território tornaram-se intocáveis (Diegues, 1993). Nestes pilares, brevemente expostos, fundamentam-se o movimento conservacionista/preservacionista e este dissemina-se enquanto prática da conservação por quase todos o países do mundo.

Dentro desta lógica, os parques passaram a ser defendidos e consolidados como idéia de organização, de separação da natureza para uma devida ordem, em função de uma desordem ambiental. A conservação aparece como uma forma de amenizar o caos provocado pela espécie humana. Para Simon (2003), esta idéia configura-se uma real inversão de valores onde a "natureza para alguns", considerada dentro desta lógica como usufruto exclusivo de determinados segmentos sociais, começa a ser tratada como "natureza para todos", realçando a esfera do bem comum, do bem público e a idéia de usufruto pelas futuras gerações e, sobretudo, reafirmando o poder e o controle estatal sobre as terras públicas.

As populações tradicionais que vivem uma relação etnoexistencial (Siqueira, 1998) com a natureza durante séculos, realizando um manejo equilibrado do meio ambiente não correspondem com a ação devastadora das sociedades urbano-industriais, mesmo tendo na diversidade biológica fonte de recursos. Albuquerque (2002), destaca que os conhecimentos acumulados pelas populações locais, merecem inclusive um olhar mais atencioso por parte de desenvolvimentistas e conservacionistas, pois para este autor os conhecimentos adquiridos por estes grupos podem ajudar na construção de estratégias de planejamento e conservação de áreas florestais. Isto porque em parte se estabelecem sobre territórios e palioterritórios que foram incorporados à unidade que se pretende conservar.

Desta forma, o resultado da aplicação de um mesmo modelo de conservação para os dois tipos de população etnicamente tão distintos, caracteriza-se em uma medida que pode vir a ser extremamente autoritária. No caso brasileiro, tais medidas foram tomadas em larga escala durante o longo período militar que vivemos, onde as normas democráticas foram abolidas à força. Durante os 20 anos

de período militar, (1964 – 1984), muitas comunidades tradicionais foram removidas forçosamente de seus territórios, tendo seus direitos civis desrespeitados.

Podemos observar pela trajetória histórica de implementação dessas áreas protegidas, que impactos sociais, ecológicos e culturais, causados devido à remoção da comunidade local foram muitas vezes motivos de insucesso de algumas dessas áreas. Siqueira (1998) nos alerta para atitudes antiéticas com relação à remoção dessas comunidades devido aos laços íntimos estabelecidos entre o homem e a terra, e aos valores atribuídos ao território.

Na cosmovisão dessas culturas não existe o dualismo homem-natureza, pois o que temos é uma simbiose intimamente relacionada entre espaço geográfico e as formas bióticas e abióticas. A terra não é simplesmente o lugar onde se desenvolvem as múltiplas relações entre cósmico e o antrópico, mas a mão geradora da vida, e por isso ela não pertence ao homem, ao contrário, o homem é que pertence a terra. A íntima relação entre terra e homem é que torna antiética qualquer atitude agressiva de venda e destruição da terra, pois tudo que agride a terra é também uma agressão ao homem. Existe um laço de irmandade entre todas as expressões e formas de mundo circundante, cuja cosmovisão é denominada perspectiva cosmocêntrica. (pág 23)

Além dos aspectos éticos levantados por este autor, acerca destas populações, o surgimento de novos paradigmas socioambientais onde essas populações têm sido vistas como atores sociais de grande importância, tanto na criação, como na manutenção dessas áreas protegidas, consolidam a busca de vias mais sustentáveis para os problemas socioambientais contemporâneos.

2.3. Sustentabilidades

Trata-se de um conceito relevante às questões aqui tratadas, uma vez que o objeto de estudos - o repertório das plantas medicinais e utilitárias de um grupo social - articula-se diretamente com as suas formas de sustentabilidade. A busca da construção de uma nova dialética, que esteja calçada nas diferentes maneiras pelas quais sociedades e natureza interagem, pode contribuir para uma reflexão acerca da relação estabelecida entre sociedade humana e a natureza. Para Moreira (1985), A natureza está no homem e o homem está na natureza, porque o homem é produto

da história natural e a natureza é condição concreta, então, da existencialidade humana. Esta relação reveste-se de singular complexidade e lança ameaças ao destino da espécie, no longo prazo, caso não sejam formuladas respostas adequadas aos desafios colocados.

Trouxemos para o âmbito de nossa sociedade os valores necessários para a proliferação do consumismo e conseqüente visão utilitarista da natureza. Brügger (2006) nos coloca que a idéia da racionalidade instrumental. Esta configura-se alicerçada em dois traços culturais marcantes, que são o antropocentrismo e o caráter pragmático que o conhecimento adquire. Desta forma, segundo o autor, vem-se tornando possível o ideal de produtividade máxima – um ícone da sociedade industrial -, através da incessante modificação dos espaços naturais e do uso intensivo dos chamados “recursos naturais” e “recursos humanos”. A natureza passou a ser concebida cada vez mais como um objeto a ser possuído, dominado e explorado. Nesse contexto, qualquer tentativa de pensar o homem e a natureza orgânica e integradamente se tornou falha, pois a separação não se efetuava apenas no nível do pensamento, mas também da "realidade objetiva" construída pelo homem. Segundo Gonçalves (1988):

A idéia de uma natureza objetiva e exterior ao homem, o que pressupõe uma idéia de homem não-natural e fora da natureza, cristaliza-se com a civilização industrial inaugurada pelo capitalismo. As ciências da natureza se separam das ciências do homem; cria-se um abismo colossal entre uma e outra e, tudo isso não é só uma questão de concepção de mundo. (p.35)

A expansão do capitalismo se dá dentro de uma lógica utilitarista desenvolvida com a revolução técnico-científica e, posteriormente, com a revolução industrial. Pouco a pouco, transformou-se de modo de produção em um verdadeiro modelo civilizatório, incluindo dimensões que ultrapassam, em muito, o econômico (Rua, 2005). Nesse contexto surge a concepção de domínio sobre a natureza. Dominar a natureza seria como dominar algo inconstante, imprevisível e instintivo. Nessa relação de dominação, para alguns a natureza é o objeto a ser dominado pelo sujeito, o homem.

Para Gonçalves (1988), essa visão de natureza-objeto versus homem-sujeito parece não considerar que o termo sujeito, além de significar um ser ativo, dono de seu destino, também pode indicar que podemos estar submetidos a determinadas circunstâncias. É a visão antropocêntrica de mundo, na qual o homem é o senhor

de todas as coisas, que faz com que se esqueça que o termo sujeito, pode significar tanto aquele que age como aquele que se submete, e em consequência a esta visão, praticamos hoje uma intervenção na natureza, sem precedentes históricos. Essa intervenção tem levado ao esfacelamento de outras racionalidades contribuindo assim para a diminuição das diversidades e, conseqüentemente, para uma possível insustentabilidade ecológica, social, política, cultural, e mesmo econômica. Da mesma forma, Santos (1994) reforça esta idéia de ruptura ao enfatizar a relação de “dominação da natureza” em seu discurso:

A história do homem sobre a Terra é a história de uma ruptura entre o homem e o entorno. Esse processo se acelera quando, praticamente ao mesmo tempo, o homem se descobre como indivíduo e inicia a mecanização do Planeta, armando-se de novos instrumentos para tentar dominá-lo. A natureza artificializada marca uma grande mudança na história humana da natureza. Hoje, com a tecnociência, alcançamos o estágio supremo desta evolução. (p. 147)

Temos a configuração de um modelo de “desenvolvimento” à maneira ocidental, onde podemos nos indagar se não é esse em verdade, um instrumento de dominação econômica, política e cultural sobre os povos dos países ditos subdesenvolvidos. Para Konder (1997), esse tipo de lógica de pensamento foi e é dominante na história porque corresponde aos interesses das elites e classes dominantes, preocupadas em dar sentido universal e absoluto a seus valores e instituições que normatizam a vida em sociedade, inviabilizando a possibilidade racional de se buscarem mudanças sociais profundas.

Ao expor resumidamente características relevantes deste modelo de desenvolvimento ao qual estamos inseridos, e as suas resultantes na forma como nossa sociedade relaciona-se com a natureza, apresentamos argumentos para uma compreensão que este modelo traz consigo um aspecto insustentável: ele não atende a premissas básicas que garantam a todos nós e ao próprio planeta, uma condição mínima de equilíbrio onde ocorra à interação sociedade-natureza sob a forma de uma co-existência. A construção do conceito de desenvolvimento sustentável deve ser analisada com atenção, com as devidas ressalvas, para se perceber que o conceito deverá ser diverso na medida em que estamos lidando com uma diversidade de culturas e ambientes naturais e culturais.

2.4.

A construção do conceito de desenvolvimento sustentável

Analisar a construção e emergência do conceito de desenvolvimento sustentável é compreender os processos objetivos e subjetivos que levaram à consciência do esgotamento do modelo de desenvolvimento, experimentado nas últimas décadas, e da necessidade de uma nova concepção de desenvolvimento. Conforme mencionamos acima, a multiplicação de acidentes e problemas ambientais e a ação do movimento ecológico, sobretudo a partir da década de 1970, mobilizam um potencial de crítica aos modelos de desenvolvimento industrial, tanto capitalista, quanto socialista e despertam uma nova necessidade: uma consciência que atenda à dimensão ambiental da realidade.

Por detrás de um aparente consenso sobre o conceito de sustentabilidade, esconde-se uma multiplicidade de significados, que refletem as disputas de diferentes interesses sociais, econômicos e políticos, assim como uma disputa pelo próprio significado hegemônico do conceito de sustentabilidade e de desenvolvimento sustentável (Moreira, 2004).

Popularizado como Relatório Brundtland, este documento evidenciou e difundiu a idéia de que o desenvolvimento sustentável é aquele que satisfaz as necessidades do presente sem colocar em risco a satisfação das necessidades das futuras gerações. Moreira (2004) atribui a esta formulação uma análise intencional suficientemente vaga ao ponto que, não entre em desacordo com discursos que representem os interesses hegemônicos consolidados; sejam de nações, de corporações nacionais e transnacionais; sejam de classes sociais, de domínios territoriais ou mesmo tecnológicos.

Moreira (2004) propõe a tese de que a sustentabilidade contém uma essência histórica capitalista, configurando uma indeterminação denominada pelo autor como nebulosa ambientalista: “É nosso intuito ressaltar que subjacente ou imanente a essas disputas vigora o direito capitalista da propriedade privada e o conceito de natureza fundador da cultura moderna, uma natureza antrópica a ser dominada e manipulada, apesar dos movimentos de reconceitualização da natureza”. Essa idéia nos oferece a concepção de uma confluência de interesses sociais e discursos que não questionam a propriedade privada capitalista, que

resultam apenas em gerenciamentos de seus usos, agora ampliados para além da produção de alimentos.

Ao predominar a visão economicista de desenvolvimento, também a idéia de sustentável ficou comprometida. Desenvolvimento sustentável torna-se insustentável já que, nessa construção, a sustentabilidade ainda permanece atrelada a uma visão restritiva de desenvolvimento. Rua (2007) defende esse questionamento e cita:

Devemos tentar construir uma dialética centrada nas maneiras pela qual sociedade e natureza interagem, contribuindo para formar uma base de pensamento crítico em que as relações entre humano e não-humano sejam revistas; em que se priorize o estudo do espaço vivido em vez do espaço abstrato, levando em consideração as pessoas no seu processo de construção da vida cotidiana, mas, também os outros seres orgânicos, os aparatos tecnológicos e os códigos discursivos. (p.390)

Fundamentado em Souza (2007) o autor acima citado nos apresenta um caminho dinâmico onde a construção do desenvolvimento deve ser buscada e realizada pelos próprios protagonistas, pelos sujeitos históricos concretos interessados nesse movimento de “desenvolver-se”, de acordo com as próprias peculiaridades.

Aliando-se a esse discurso, em tom crítico, Gonçalves (2001) afirma: “o modelo de desenvolvimento econômico das regiões temperadas que tem sido imposto com um alto custo ecológico, cultural e político para o mundo todo”. Este modelo, para o autor, tem se colocado em confronto com o conhecimento patrimonial, coletivo e comunitário característico de populações com racionalidades distintas da racionalidade atomístico-individualista² ocidental e os graves riscos à segurança alimentar inerentes a mesma, fato este que justifica atribuímos o adjetivo insustentável a este tipo de racionalidade referida pelo autor.

Encontramos na idéia de racionalidade atomístico-individualista ocidental de Gonçalves (2001) ligação com a lógica explicitada por Leff (2001) ao referir-se a que o autor convencionou denominar por “racionalidade capitalista”. Dentro deste discurso, o autor nos apresenta uma necessidade de desconstrução da racionalidade

² O paradigma atomístico individualista espelha, segundo Gonçalves (2001, p. 45), o triunfo da descoberta da unidade elementar seja em qual disciplina: das ciências físicas (o átomo) às ciências do homem (o indivíduo). Este conceito contrapõe-se a idéia opõe-se a o novo direcionamento atento às noções de sistemas e suas muitas interações que surge a partir do final do século XIX.

capitalista e uma necessidade de construção de outra racionalidade, a racionalidade social.

Leff (2001) argumenta, sob a perspectiva ambiental do desenvolvimento sustentável, que as contradições entre a lógica do capital, os processos ecológicos e os sistemas vivos não resultam da oposição de duas lógicas abstratas; sua solução não consiste em aplicar o comportamento econômico na lógica do vivo ou em internalizar - como um conjunto de normas - as condições de sustentabilidade ecológica na dinâmica do capital. Afirma que as contradições entre racionalidade ecológica e a racionalidade capitalista se dão por meio de um confronto de diferentes valores e potenciais, arraigados em esferas institucionais e em paradigmas de conhecimento, e por meio de processos de legitimação com que se defrontam diferentes classes, grupos e atores sociais. A racionalidade ambiental, segundo ele, não é a expressão de uma lógica, mas o efeito de um conjunto de interesses e de práticas sociais que articulam ordens materiais diversas que dão sentido e organizam processos sociais através de certas regras, meios e fins socialmente construídos. A racionalidade ambiental é, afinal, apresentada como social. Portanto, não seria o caso de falar-se de uma racionalidade socioambiental?

Para Leff (2001), a categoria racionalidade ambiental vai além disso e é construída mediante a articulação de quatro esferas de racionalidade: substantiva, teórica, instrumental e cultural. Este processo de articulação de esferas de racionalidade vai legitimando a tomada de decisões, dando funcionalidade à racionalidade ambiental. Desta forma, conclui o autor, nas práticas de apropriação e transformação da natureza se confrontam e amalgamam diferentes racionalidades: a do tipo capitalista de uso dos recursos; a racionalidade ecológica das práticas produtivas e a dos estilos étnicos de uso da natureza. Para ele, a desconstrução da racionalidade capitalista requer a construção de outra racionalidade social.

2.5.

A emergência do discurso etnoconservacionista e ecológico

Na década de 80, surge no Brasil o chamado *ecologismo social*, representado por organizações sociais, dentre elas podemos citar o Movimento dos Seringueiros,

dos pescadores artesanais, dos índios, etc. Esses movimentos levantaram o questionamento a respeito da função dos Parques Nacionais e Unidades de Conservação, principalmente no que diz respeito à presença e participação efetiva das comunidades tradicionais nessas áreas. Temos dentro deste contexto a visibilidade da necessidade de construção de uma nova relação entre homem e natureza, onde temos na valorização da cultura e dos saberes tradicionais uma grande contribuição (Scherer-Warren, 1993).

Sob alguns aspectos, essa valorização surge em alguns casos com interesses voltados para fins lucrativos. Essas comunidades, ao se apropriarem do espaço físico como sendo seu território, com seus hábitos e costumes, realizam um manejo na área alternando a diversidade local, sem que a funcionalidade do ecossistema se altere.

Se nós nos remetermos ao próprio conceito de “sociedades tradicionais” descrito por Arruda (1999), encontraremos tal característica como sendo fator inerente a esta classificação:

Estamos utilizando a noção de 'sociedades tradicionais' para nos referirmos a grupos humanos culturalmente diferenciados que historicamente reproduzem seu modo de vida, de forma mais ou menos isolada, com base em modos de cooperação social e formas específicas de relações com a natureza, caracterizados tradicionalmente pelo manejo sustentado do meio ambiente. Essa noção se refere tanto a povos indígenas quanto a segmentos da população nacional que desenvolveram modos particulares de existência, adaptados a nichos ecológicos específicos. (p.80)

Estas comunidades possuem um modelo de ocupação do espaço e o uso dos recursos naturais voltados basicamente para subsistência, onde a mão de obra familiar é utilizada de forma intensiva, a tecnologia empregada para a subsistência possui baixo impacto ambiental e é derivada de conhecimentos patrimoniais. Estas populações – caiçaras, sitiantes, ribeirinhos, seringueiros, quilombolas e outras variantes – de uma forma muito geral ocupam uma dada região há muito tempo e não têm registro legal de propriedade privada da terra, definido apenas o local de moradia como parcela individual, sendo o restante do território encarado como área de utilização comunitária, com seus limites regulados pelo uso. Populações tradicionais são definidas por Diegues (1996) como pequenos produtores que se constituíram no período colonial, freqüentemente nos interstícios da monocultura e dos ciclos econômicos. Na verdade, em função da imensa diversidade cultural destas populações – como caiçaras, quilombolas, sitiantes, etc. – distintas

resultantes ecológicas podem ser esperadas. Oliveira (2007) da mesma forma remete-se a este fato e nos chama atenção para a existência de uma visão romântica a respeito das comunidades tradicionais. Segundo o autor, o conceito de populações tradicionais é comumente alimentado por estereótipos que geralmente as desfiguram no sentido de tratar todos os seus representantes como usuários de tecnologias de baixo impacto ambiental. Ser classificado dentro da categoria de população tradicional não assegura sustentabilidade social ou ecológica ao sistema manejado, assim como ser população não-tradicional não significa necessariamente que o manejo ambiental leve à depleção dos recursos.

Estes diversos grupos lidam com uma série de desafios, tanto no que diz respeito à manutenção de seus hábitos, sustentáveis ou não; quanto ao reconhecimento de seus saberes pelo poder público. Sendo detentores de um conhecimento biológico, em freqüentes situações deparam-se com o desrespeito a sua propriedade intelectual. Esta lhes é negada, em função da forma autoritária com que nossas políticas públicas são elaboradas, desconsiderando a relevância que a participação das populações locais poderia trazer. Diegues (2000) comenta o fato: “O reconhecimento de paisagens, moldadas pela ação humana tem implicações importantes para a propriedade e, conseqüentemente, para os direitos de acesso e uso dos recursos biológicos encontrados nas áreas protegidas” (...).

Aumentando a gama de desafios que se apresentam a estes grupos, temos o risco de esfacelamento dos conhecimentos tradicionais associados aos fenômenos decorrentes de processos de urbanização; das migrações internas; da massificação imposta pelos veículos de comunicação; da desvalorização do conhecimento dos mais velhos, estes dois últimos mais relacionados aos jovens. Estes fatores reunidos favorecem a perda de valiosos conhecimentos tradicionalmente adquiridos da identidade cultural destes grupos sociais. Nestes aspectos, estudos etnobotânicos configuram-se como importantes registros destes saberes.

Através da etnobotânica são analisadas as relações entre os seres humanos e os recursos vegetais, procurando responder a questões como: quais plantas estão disponíveis, quais plantas são reconhecidas como recursos, como o conhecimento etnobotânico está distribuído na população, como os indivíduos diferenciam e classificam a vegetação, como esta é utilizada e manejada e quais os benefícios econômicos e financeiros derivados das plantas (Alcorn, 1995 *Apud* Begossi,

2002). Ao estudar particularmente as espécies utilizadas para fins medicinais por essas comunidades, é possível avaliar a relevância deste conhecimento para as mesmas, podendo inclusive fornecer subsídios para estudos etnofarmacológicos que promovam a interação de sistemas médicos populares e modernos, propiciando melhor aproveitamento e maior segurança no uso dos recursos terapêuticos locais. Como nos explicitam Pérez-Negrón & Casas (2006):

Conhecimentos em etnobotânica e etnoecologia podem ser úteis para o planejamento, para a gestão de florestas e de recursos vegetais tanto a nível local quanto regional. Esta premissa reconhece a importância das ligações tradicionais e os conhecimentos científicos para planejamento, utilização e conservação, restauração dos ecossistemas locais, os seus recursos e serviços. Documentação das técnicas tradicionais de utilização, de gestão de instalação de recursos, bem como a avaliação do impacto humano sobre as florestas devido à extração de recursos vegetais podem fornecer informações úteis nesse sentido, nesse contexto. (p.357)

Dessa forma, mediante o acima exposto, partimos dos pressupostos que analisando o contexto histórico-cultural da comunidade de agricultores do bairro de Vargem Grande, estaremos trilhando um caminho para entender a estrutura e função do ecossistema no qual estão inseridos, e a cultura de seus integrantes. A história, nesse contexto, significa mais do que o passado dos indivíduos, pois inclui a análise da dialética entre mudança ambiental e mudança cultural (Headland, 1997, *apud*, Adams, 2000). Moreira (2004) nos chama a atenção para que dentro deste contexto, possamos levar em conta que as práticas geográficas são categorias do empírico, e por isso são também mediações que fazem da compreensão do espaço a compreensão da sociedade, e da teoria do espaço uma teoria da sociedade e vice-versa.